



# CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

PARECER nº 07/2022

Funda-se o presente Parecer acerca da análise da Inexigibilidade de Licitação e minuta do respectivo Contrato, cujo objeto é a realização de 03 (três) inscrições para participação CONGRESSO INTERESTADUAL PARA GENTES PÚBLICOS que acontecerá no período de 18 a 21 de fevereiro de 2022, na Cidade de Piranhas/BA, que será realizada pela empresa **EDUARDO MARQUES DE OLIVEIRA SOBRINHO, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 22.602.,367/0001-18.

A Lei nº 8.666/93, em seu art. 25, II e §1º, estabelece, *ipsis literis*:

*Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*(...)*

*II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade ou divulgação;*

*(...)*

*§1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

Reportemo-nos, agora, ao mencionado art. 13, em seu inciso VI, com a redação dada pela Lei nº 8.883/94:

*Art. 13 – Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:*

*(...)*

*VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

Portanto, a Lei estabelece que a contratação aqui pretendida pode ser realizada na forma a ser efetivada, conforme se pode depreender da exegese dos supramencionados dispositivos legais.

A Justificativa de Inexigibilidade de Licitação apresentada preencheu todos os requisitos estabelecidos em Lei para que a mesma se configurasse, inclusive mediante as fartas explanação e documentação, em consonância com o objeto pretendido.

Portanto, da análise da justificativa e minuta contratual que nos foram apresentadas, percebemos o atendimento dos requisitos legais, assim como respeitadas as disposições contidas no art. 25, II e §1º combinado com o art. 13, VI, no tocante à Justificativa, e art. 55 e seus incisos, referentemente à minuta do Contrato, ambos da Lei nº. 8.666/93.

Por fim, não finalmente, cumpre observar que é obrigatória a análise das minutas, antes de se de deflagrar o procedimento licitatório, pelo Assessor Jurídico da Administração (art. 38, VI e parágrafo único, Lei nº. 8.666/93), o que aqui se faz.

*A administração pública deve obedecer aos princípios da moralidade, legalidade, eficiência e razoabilidade, dentre outros, portanto, necessário frisar, por mais que essa análise jurídica guarde guarida com*

*João Bosco Freitas Lima*  
ADVOGADO  
OAB / SE 2927

Avenida Epifânio Dória, 18  
Centro • CEP: 49.490-000  
CNPJ: 32.741.571/0001-73  
www.camarapocoverde.se.gov.br  
(79) 3549-1454  
cmpverde.se@bol.com.br



# CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

o procedimento em espécie, a participação de agentes públicos em eventos de capacitação deve obedecer rigorosamente aos termos da Resolução nº 297/2016, oriunda da Corte de Contas Estadual.

Finalmente, porém não menos importante, pela análise dos autos que nos foram apresentados e informações nele contidas, em especial a justificativa e minuta contratual elaboradas, não nos parece haver qualquer ofensa aos ditames e princípios legais aplicáveis ao procedimento, mormente a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tendo sido todos os preceitos alcançados, razão pela qual opinamos pela legalidade do procedimento.

É o Parecer, **sub censura**.

Poço Verde/SE, 14 de fevereiro de 2022.

**JOÃO BOSCO FREITAS LIMA**  
**LIMA & FREIRE ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**ADVOGADO – OAB/SE. 2927**

